Um escândalo!

Orçamento

Foi dessa forma que o deputado José Serra (PSDB-SP), por todos os títulos insuspeito de qualquer má vontade para com o Poder Legislativo, classificou a decisão adotada na quarta-feira à noite pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional de aumentar "artificialmente" a receita da União para 1991 em Cr\$ 752 bilhões. Deputados e senadores que compõem a Comissão "falsificaram" a receita prevista para poder incluir, do lado das despesas, as obras que os parlamentares querem ver executadas em suas regiões, para atender suas clientelas eleitorais e que, por não serem prioritárias, não foram incluídas no projeto orçamentário preparado pelo Ministério da Economia.

Na realidade, essa decisão é muito mais do que um escândalo. Os membros da Comissão de Orçamento elevaram no último grau a já proverbial irresponsabilidade do atual Congresso Nacional que, em suas decisões, com raríssimas exceções, nunca leva em consideração os reais problemas nacionais e os limites naturais das finanças públicas. Para eles, o que importa é executar obras para angariar votos, não importando o que isso venha a custar à população.

Se o orçamento for aprovado no plenário do Congresso com o aumento decidido na Comissão Mista, a guerra contra a inflação estará irremediavelmente perdida no próximo ano: o que os deputados e senadores decidiram foi, simplesmente, criar um rombo de Cr\$ 752 bilhões nas contas do governo federal em 1991. É o orçamento da hiperinflação. O tal aumento de receitas que eles descobriram não existe de fato; foi fruto de um artifício.

Para chegar a esse número, o relator do projeto, deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), considerou que a estimativa de arrecadação para 1991 apresentada pelo governo federal em seu projeto estava subestimada e a aumentou, por conta própria, de

Cr\$ 8,6 trilhões para Cr\$ 9,4 trilhões. Encontrada a sobra, ele então incluiu os projetos de ganância de seus pares. Acontece, porém, que não existe nenhuma subestimativa de receita na proposta original do Ministério da Economia. Pelo contrário. Como já vêm denunciando há muito tempo deputados com formação em economia como Serra e César Maia (PDT-RJ), o governo federal, ao preparar o orçamento, na verdade superestimou a receita e subestimou as despesas. De um lado, o governo inchou a arrecadação ao prever que a economia, no próximo ano, teria um crescimento de 3%. Ora, com a recessão que já está aí e, na melhor das hipóteses, vai invadir a maior parte do próximo ano, o mais provável é que o PIB tenha um decréscimo, o que diminuirá substancialmente o recolhimento de impostos. De outro, não constam da previsão de receitas verbas para pagamento dos juros dos cruzados novos seqüestrados pelo Plano Collor e que deverão começar a ser pagos em setembro do próximo ano, em 12 parcelas mensais. Assim, o Orçamento de 1991 já trazia um déficit potencial embutido que, agora, foi ampliado pelos parlamentares da Comissão Mista. A consequência natural disso será mais pressão sobre a inflação, forçando o governo a ampliar a recessão que assola o País, como única forma de evitar que a economia brasileira se desintegre de vez.

E para cometer mais esta barbaridade, para criar mais uma conta para os brasileiros que não gozam do privilégio de ter um mandato pagarem, deputados e senadores passaram por cima da própria Constituição que eles escreveram. Pelas normas contidas na Carta Magna, a decisão da Comissão de Orçamento é totalmente inconstitucional: somente o Executivo tem a prerrogativa de alterar as estimativas de receita.

É por essas e outras que a classe política está tão desmoralizada no Brasil.